

ACTA N.º 164

----- Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e três, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal sob a presidência de. Armelim Santos Amaral, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), com a seguinte:-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2004-----
- Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas-----
- Regulamento Municipal de Funcionamento, Segurança e Utilização do Centro das Artes e do Espectáculo-----
- Regulamento Urbanístico da Zona Industrial de Irijó – Versão Definitiva – Conhecimento - Ratificação-----
- Outros Assuntos-----

----- Confirmou-se a falta do membro Jorge Manuel Oliveira Domingues.-----

-----**1º - Período Antes da Ordem do Dia**-----

----- No período de antes da ordem do dia, foram anotadas as seguintes intervenções:-----

Armando Ventura – Volta a alertar para o apelo efectuado com vista à colocação de lombas junto ao Café de Nogueira e no lugar de Sóligo, como forma de prevenção e redução da velocidade dos condutores nas zonas indicadas. O edifício adquirido pelo Município em Paradela, necessita de um portão ou cadeado, para salvaguardar os materiais depositados, porque poderão ser roubados facilmente. Congratulou-se com a Câmara pela aquisição das máquinas de cortar e colocar tapete betuminoso, devido à realização de trabalhos solicitados pela Junta de Freguesia. Em relação ao Orçamento, na sua opinião, considera pouca a dotação definida nas obras por administração directa, porque existe muito a fazer através dos meios disponíveis do Município.-----

José Braga – Apresentou uma crítica acerca da data em que foi publicado o aviso no jornal Beira Vouga, sobre a publicitação da sessão deste órgão, afirmando que não deveria ser pago. O presidente deste órgão respondeu, que foram publicados editais nas freguesias, e o aviso fora enviado com o tempo possível para publicação. O membro José Braga, reforçou os pedidos já realizados para beneficiação das estradas entre Rocas e a Papeira, a estrada da Ribeirada e a estrada de Couto de Esteves às Lameiras, referindo que é notório o isolamento da freguesia de Couto Esteves. Durante a campanha eleitoral, foi prometida uma variante para Couto Esteves, afirmou o membro José Braga, questionando o executivo sobre o andamento desse projecto. O presidente da Câmara respondeu, que esse assunto já fora discutido neste órgão, dizendo que está a ser feito um estudo sobre a possibilidade de realizar essa variante. Em relação à estrada da Ribeirada, comentou que só será possível consoante os investimentos na barragem de Ribeiradio. Informando que está a ser realizado um estudo, através da CGD, sobre o financiamento do projecto, onde os acessos estarão assegurados por quem construir a barragem. Já foi estabelecido um contacto inter-municipal com o Secretário de Estado das Obras Públicas, mas devido à falta de verbas, o projecto continua a ser adiado. Sobre as estradas de Rocas à Papeira e Couto de Esteves a Lourizela, informou que os concursos já foram abertos para a concretização dessas duas empreitadas. O presidente da Câmara aproveitou para informar o órgão deliberativo que o empréstimo aprovado por este órgão foi visado, estando em curso a elaboração do plano de pormenor destinado à aprovação da zona de implantação da futura escola, referindo que a desafectação da Reserva Agrícola poderá ser fácil, mas o problema estará na dificuldade em

desafectar terrenos da Reserva Ecológica. No entanto, estão a ser desenvolvidos todos os esforços para concretização desse projecto.-----

José Dias – Apresentou um pedido para rectificação da estrada de Couto às Lameiras, bem como, o alargamento da estrada na zona do Vale dos Carvalhos, para a construção de um estacionamento em espinha. Concluiu a sua intervenção desejando votos de um bom Natal para todos os membros.-----

João Almeida – Na acta da última sessão, consta a divulgação do Relatório Final da inspecção realizada pelo IGAT. Afirma que não foi respeitado o disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais, desejando que seja facultado. Sobre o carro do presidente da Câmara, perguntou pelo parecer da ANMP, porque os severenses continuam a falar sobre a indevida utilização do erário público.-----

Armelim Amaral – Informou, dizendo que não escolheu um momento para divulgação do relatório. Foi submetido à apreciação na primeira sessão após a sua recepção. Os presidentes do órgão deliberativo e executivo solicitaram que fosse mencionada na acta, a disponibilidade do relatório da inspecção para consulta por qualquer membro deste órgão, dirigindo-se para tal ao director dos serviços administrativos.-----

Carlos Silva – Agradeceu os ofícios remetidos e a solidariedade manifestada durante os momentos difíceis, devido ao problema de saúde da sua mulher, desejando a todos boas festas. Começou a sua intervenção abordando o problema da rede de transportes, com paragens afastadas das casas das crianças, que são obrigadas a percorrer longos percursos pedonais sem iluminação, aumentando o grau de insegurança. Apresentou um pedido para iluminação do caminho de Soutelo a Pisão, como exemplo da situação abordada. Apela para a intervenção nas escolas, havendo algumas onde foram colocados caixilhos de alumínio sem serem rematados com silicone, onde o papel higiénico é pendurado por um fio e onde devia haver água potável. Na vila, os passeios em determinados locais estão danificados, saltando as pedras para a estrada. Aponta a necessidade de intervenção rápida do calceteiro nesses casos, para minorar as consequências e transtornos provocados aos peões.-----

Joaquim Zacarias – Começou por desejar a todos um Bom Natal e retribuiu votos de boas festas formulados pelo presidente da assembleia e câmara municipal. Iniciou a sua intervenção, referindo que assuntos transcritos em acta, continuam por resolver, sem qualquer esforço para a sua concretização, tais como, a alteração do traçado da variante para o formato de avenida; do cruzamento para as Póvoas, onde continua a existir uma “meia lua” que baralha os condutores. No último temporal, caíram postes da EDP, provocando uma situação de perigo eminente, onde se constatou a sua mudança sem a presença do responsável do serviço de Protecção Civil deste Município. Reforçou um pedido de iluminação pública para o lugar de Novelide de Cima, já solicitado há alguns anos. Sobre o ambiente, questionou o trabalho realizado pela Comissão, e qual o esforço realizado para identificação de quem despeja animais no rio. Constata-se que veículos que recolhem lixo, fazem despejos atrás das escolas. Junto ao jardim de infância de Sever do Vouga, encontra-se um papelão cheio, sem ser despejado há muito tempo. As ervas daninhas ainda continuam nos taludes do jardim e zona envolvente. Na curva onde aconteceu um acidente trágico no Poço de Santiago, deve ser construída uma vedação que garanta a protecção dos condutores. Referiu o facto dos trabalhos da estrada das Póvoas à Vasilvouga terem começado muito bem, mas abrandaram rapidamente, começando a constatar-se a queda de taludes. Na empreitada de substituição da rede de água, continua a verificar-se uma deficiente reposição do piso, provocando o arrastamento de terra e pedras com as chuvas, e abertura de buracos que incomodam condutores e peões. Apresentou uma sugestão para a Estação de Paradela, com vista à promoção turística. Em Rocas, na estrada para os Coucinhos, fazem-se estacionamentos do lado

direito, junto ao cemitério, prejudicando a circulação naquela zona. Perguntou sobre o processo da venda de garagens junto ao complexo. Abordou, novamente, a existência de cartazes que perduram pendurados na beira do rio, alterando a paisagem da nossa linda terra. Dirigiu uma questão sobre a resolução do problema do acesso em Cedrim, que é feito através de uma escadaria.-----

Armelim Amaral – Deu conhecimento das diligências efectuadas e relacionadas com assuntos abordados, tais como, sobre o ofício enviado ao Instituto de Estradas de Portugal, na sequência da proposta apresentada pelo senhor António Martinho, aprovada na última sessão, e contactos realizados com o Instituto do Ambiente, para serem analisados os focos de poluição do ar em determinadas zonas do concelho.-----

Manuel Soares – Acrescentou estar agendada uma reunião com o IEP, presumindo que seja para discutirem-se assuntos relacionados com o pedido formulado pela Assembleia Municipal. Sobre o despejo de lixo e animais mortos, informou que existe uma brigada da GNR a patrulhar as zonas indicadas para autuar os transgressores. Quanto aos assuntos sobre a saúde pública, informou que se trata de uma competência do Delegado de Saúde, obrigado a intervir nessa área, e quando não cumprem, é obrigado a comunicar ao Ministério Público, para interposição de processo por crime de desobediência, com as consequências inerentes. Todas as reclamações remetidas para a Câmara, por exemplo, devido a queixas provenientes das consequências pela utilização incorrecta de estrumes como fertilizantes, são encaminhadas para a autoridade sanitária do concelho, porque não é da competência desta entidade actuar nessa área. Em relação ao problema das garagens, respondeu que o processo ainda não está concluído devido a questões jurídicas que dificultam o andamento desejado, mais concretamente, com aspectos relacionados com a conflitualidade entre direito privado (garagens) e público (passeio e estacionamento) que deverá ser acautelada, na realização do loteamento. Esta entidade aguarda a entrega de um parecer jurídico solicitado à CCDR-C, sobre essa matéria. Foram estabelecidos, recentemente, contactos com a REFER para definir-se a utilização do espaço da Estação de Paradela. Aquela entidade pretende alterar o protocolo de transferência daquele bem para o Município.-----

Albano Macedo – Começou por referir que estava entristecido com a dissertação do membro João Almeida, na sua intervenção. Referiu que os autarcas eleitos são colocados constantemente à prova e nem sempre os objectivos são alcançados ou concretizados como o desejado e previsto. A versatilidade e empenho são qualidades que um autarca deve possuir para obter os resultados pretendidos. A oposição não deve utilizar a “mentira e calúnia aos quatro ventos”, porque não dignifica este órgão nem os membros que dele fazem parte. Acabou por desejar boas festas para todos os colegas.-----

João Almeida – Solicitou a palavra, para responder que não vai desmobilizar-se da oposição, porque cada um tem a sua estratégia. Referiu que não faltou ao respeito de alguém.-----

Albano Amaral – Frisou que deve fazer as suas funções de oposição, mas não tem o direito de levantar calúnias e mentiras, estando disponível para ouvir essas situações através de casos concretos.-----

Acácio Barbosa – Insurge-se contra este género de confrontos entre os líderes das bancadas. Mas, desejava que fossem apresentadas propostas para o bem do concelho, em vez da defesa de opiniões. Continuou, afirmando que se encontrava satisfeito com a informação recebida sobre a abertura do concurso da estrada da Papeira, que liga Rocas do Vouga a Couto Esteves, perguntando se está prevista nessa empreitada a colocação das redes de água e saneamento. Considera o jardim de infância da sua terra o pior do concelho. Perguntou ao executivo – quando arranca a Zona Industrial de Irijó? Aproveitou para agradecer a intervenção do membro Joaquim Zacarias em relação ao parque de estacionamento, referindo que a ligação à rua de baixo é muito

importante, devendo começar rapidamente para evitar um possível desastre. Quanto ao parque de estacionamento de Nespereira de Baixo, refere que foi limpo, mas pergunta se os materiais ali colocados pertencem à Câmara. Em relação à resposta recebida sobre o não financiamento da iluminação do cemitério de Rocas, perguntou se os critérios são iguais para os apoios às freguesias, frisando que pediu porque não possui recursos para fazer esse trabalho.-----

Manuel Soares – O atraso no processo de aprovação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Irijó, deve-se à devolução do regulamento por parte da DGOTDU para realização de pequenas alterações. O processo já foi entregue para a aprovação definitiva. Quanto ao subsídio para iluminação do cemitério, informou que a decisão foi tomada pelo órgão executivo.-----

-----2º - Período da Ordem do Dia-----

Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2004: - Na introdução, o presidente da câmara começou por referir que prestava os esclarecimentos adicionais na fase de apreciação, para que não subsista qualquer dúvida sobre os documentos que vão ser agora analisados. Foram anotadas as intervenções dos membros: Carlos Silva, com uma abordagem sectorial e estratégica da actividade exercida pelo executivo e reflectida nos documentos previsionais; João Almeida, debudrou-se por analisar os valores dos documentos previsionais, estabelecendo comparações com anos anteriores, recorrendo a uma análise financeira; José Braga, estabeleceu uma análise crítica sobre o Plano Plurianual de Investimentos; Joaquim Zacarias, abordou também aspectos relacionados com o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, desejando que fosse dada prioridade a projectos estruturantes; Sabino Silva, cuja intervenção recaiu sobre “Plano Estratégico de Desenvolvimento e Actividades Relevantes”, estabelecendo uma análise crítica sobre as diferentes funções desse documento; António Ferreira, colocou questões relacionadas com a inclusão e falta de projectos solicitados para a freguesia de Talhadas. Foram dadas respostas aos assuntos anotados. Depois das intervenções, foram colocados à votação os documentos previsionais para 2004, tendo sido aprovados por maioria, com dezassete votos a favor, nove votos contra e duas abstenções, o Orçamento no valor global de 9.000.000€ (nove milhões de euros) e as Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de 5.640.000€ (cinco milhões, seiscentos e quarenta mil euros), documento este que reúne o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipais com dotações definidas de 5.177.100€ (cinco milhões, centos e setenta e sete mil, cem euros) e 462.900€ (quatrocentos e sessenta e dois mil, novecentos euros), respectivamente. Esta deliberação foi tomada no uso da competência dada através da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais.-----

Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxas: - O Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários sobre a proposta apresentada, informando o órgão deliberativo que é obrigatório comunicar ao Serviço de Finanças até 31-12-2003, as taxas aprovadas pela Assembleia Municipal.-----

João Almeida – Na sua intervenção, referiu que se trata de uma reforma importante, mas com a aplicação da taxa máxima, corre-se o risco de penalizar os mais desfavorecidos. Entende que a proposta apresentada poderá provocar injustiças manifestas em pessoas que vão ser muito oneradas com a aplicação das taxas máximas. Este membro apresentou um exemplo para explicar a sua opinião, bem como, dos membros da oposição que, para justificar a sua posição entregaram uma declaração de voto conforme refere o n.º 1, do artigo 93º, da Lei das Autarquias Locais, cujo documento faz parte integrante desta minuta para os devidos efeitos e vai ser arquivada com a documentação desta sessão, em processo próprio. O Presidente da Câmara contrapôs, dizendo que, no código encontra-se prevista uma cláusula de salvaguarda para evitar aumentos significativos na colecta dos contribuintes, e adoptou-se a recomendação formulada pela ANMP a propor a aprovação das taxas máximas em virtude de não existirem dados que possam avaliar o

impacto desta alteração, sabendo-se que é mais fácil reduzir do que aumentar as taxas. Depois das intervenções, foi colocada à votação a proposta apresentada pelo executivo, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor e dez votos contra, a definição das seguintes taxas do imposto municipal sobre imóveis: - de 0,8% para os Prédios urbanos; - de 0,5% para os Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI (alíneas b) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003).-----

Os seguintes membros votaram contra a proposta, apresentando declaração de voto, arquivada em processo próprio, considerando-se como reproduzida: Alberto Martins de Almeida; António Martinho Martins; Carlos Alberto Pereira da Silva; Ercília Maria marques S. Pedro; João Miguel Tavares Almeida; José Tavares Batista Braga; Manuel Costa Santana; Mário Coutinho Marques; Rui Manuel Batista Rocha e Sabino Augusto Hipólito Silva. Não se registaram abstenções. Os restantes membros votaram a favor.-----

Regulamento Municipal de Funcionamento, Segurança e Utilização do Centro das Artes e do Espectáculo: - Depois de prestadas as justificações julgadas convenientes e não havendo qualquer questão por esclarecer, foi submetida à votação a proposta de regulamento e respectiva tabela de taxas apresentada pelo órgão executivo. O “Regulamento Municipal de Funcionamento, Segurança e Utilização do Centro das Artes e do Espectáculo” foi aprovado, por unanimidade, no uso da competência conferida ao presente órgão, através da alínea a), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei das Autarquias Locais.-----

Regulamento Urbanístico da Zona Industrial de Irijó – Versão Definitiva – Conhecimento – Ratificação: - A Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano devolveu o processo do “Regulamento Urbanístico da Zona Industrial de Irijó” para serem realizadas pequenas alterações no articulado e normativo. Como não eram alterações substantivas, procedeu-se, imediatamente, á sua correcção e devolução do processo para aprovação, na convicção que seria submetido à ratificação na primeira sessão deste órgão. Este órgão, por unanimidade, ratificou a versão definitiva desse documento.-----

Outros Assuntos:-----

Não foi submetido qualquer assunto par apreciação por parte deste órgão.-----

-----**3º - Período Destinado ao Público**-----

----- Não houve intervenção do público.-----